

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.509 - SP (2019/0315117-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : PAULO VICTOR DA ROCHA OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, interposto por PAULO VICTOR DA ROCHA OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, proferido no julgamento do HC n. 5013126-46.2019.4.03.0000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 33, c/c art. 40, inciso I, da Lei nº 11.343/2006 (tráfico transnacional de entorpecentes). A referida custódia foi convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. ORDEM DENEGADA.

1. O paciente foi preso em flagrante e a prisão foi convertida em preventiva, considerando os indícios de autoria e materialidade, para garantir a ordem pública, observando, o Juízo a quo, que o paciente mora fora do distrito da culpa, não restou demonstrado que tenha ocupação lícita e que foi preso quando tentava embarcar para a França com cápsulas contendo cocaína.

2. A manutenção da determinação de custódia cautelar do paciente atende os requisitos dos arts. 312 e 313, ambos do Código de Processo Penal, destinando-se à garantia da ordem pública e à conveniência da instrução criminal. Considerando que não há dúvidas que houve a prática do crime de tráfico de drogas e a presença de suficientes indícios de autoria, não há que se falar em constrangimento ilegal na ordem de segregação cautelar.

3. Não restou comprovado que o paciente preenche os requisitos subjetivos para a concessão da liberdade provisória, notadamente ocupação lícita. Ressalte-se que, ainda que estivessem preenchidos os pressupostos subjetivos para a concessão de liberdade provisória, conforme observado, estão presentes os requisitos dos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal, sendo que a manutenção da

Superior Tribunal de Justiça

custódia cautelar do paciente é necessária para garantir a ordem pública e por conveniência da instrução criminal.

4. *Ordem denegada.* (fls. 142/143)

No presente recurso, sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo penal, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada, mormente em se considerando a pouca quantidade de droga apreendida.

Destaca suas condições pessoais favoráveis e a suficiência da aplicação de medidas alternativas.

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva.

O Ministério Público Federal opinou pelo parcial provimento do reclamo (fls. 182/183).

É o relatório.

Decido.

Dos informes obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que nos autos da Ação Penal n. 0000854-26.2019.4.03.6105, em 6/8/2019, ou seja, antes mesmo da interposição do presente recurso, foi prolatada sentença condenatória, na qual foi expedido alvará de soltura em favor do ora recorrente.

Assim, constata-se a ausência de interesse pelo objeto do reclamo.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, a, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator